

Reabilitar em vez de construir - finalmente na ordem do dia

Foto em fundo: *Janelas abertas, vidros partidos, telhas levantadas, anos e até décadas a fio - impunemente. Até quando?*



Nuno Teotónio Pereira*

Vai para três anos, quando no nº 2 da "Pedra & Cal", iniciei a minha colaboração na revista sob a rubrica "Património em Perigo", chamei a atenção para a existência de mais de 30 mil fogos devolutos em Lisboa e para a necessidade de fazer inverter a corrida para o abismo a que conduzia o esvaziamento das cidades com o seu reverso na desenfreada expansão das periferias. Clamava então por leis e práticas que acabassem com esta hecatombe anti-social, anti-económica, anti-patrimonial e até anti-ecológica. O tema da capa era o da reabilitação urbana. Passado um ano, no nº 7, a propósito de importantes medidas da Secretaria de Estado da Habitação visando a ampliação e a flexibilização dos incentivos financeiros para a reabilitação do parque habitacional, voltava ao assunto, defendendo que, sem legislação adequada, tais medidas não teriam o desejado acolhimento por parte dos proprietários. E concluía que, face a uma situação que assumia proporções de catástrofe urbana, o governo olhava para o lado.

Mais recentemente, há justamente um ano (n.º 9), sob o título "Reabilitar em vez de construir - vontade política, precisa-se", e constatando que "começava a despontar uma consciência nova acerca dos problemas do ambiente e da sustentabilidade dos sistemas urbanos", propunha uma série de medidas concretas de natureza legal que me pareciam indispensáveis para fazer inverter a situação. E afirmava: medidas como estas não são uma utopia - elas são inteiramente viáveis - dependendo apenas da vontade política de resolver os problemas e de afrontar alguns interesses instalados.


De então para cá, novos dados publicados foram dando conta da gravidade da situação.

Duas das escolas secundárias de Lisboa com melhores tradições, boas instalações e um corpo docente estabilizado foram mandadas encerrar. Isto, enquanto escasseiam os equipamentos escolares em muitas zonas de construção recente, como em Camarate, onde a escola foi fechada a cadeado pelos alunos e pais, por falta de condições. A baixa da natalidade não justifica por si só a redução galopante da população escolar nos centros urbanos - esta é fortemente acentuada pela migração de jovens casais para os subúrbios à custa do esvaziamento dos tecidos consolidados da cidade e não apenas das suas áreas centrais. Porque, se na freguesia de S. Nicolau, situada na Baixa lisboeta, há quinhentas casas abandonadas, na de S. Jorge de Arroios, bem longe do centro, há trezentas.

Entretanto, o número apontado para os fogos devolutos na capital é agora de 50 mil. E no Porto, só nas ruas das Flores e Mousinho da Silveira, há 250 andares desocupados, 13 edifícios desertos e 39 com apenas lojas no r/chão. É preciso corrigir a ideia, que frequentemente se faz passar, de que as casas estão devolutas por estarem degradadas. O que se passa é quase sempre o contrário - estão degradadas por terem sido desocupadas. É verdade que a grande maioria delas não dispõe dos equipamentos que a vida actual exige, mas são muitas vezes de boa construção e susceptíveis de uma satisfatória modernização. Que o digam os prémios RECRUA atribuídos nos últimos anos.

No reverso da medalha, os protestos contra a contínua expansão das periferias foram crescendo, a ponto de se tornarem num autêntico clamor público, não só em Cascais e em Sintra, mas um pouco por todo o lado, como em Faro. Tudo isto e muito mais foi tornado público no quadro da campanha para as eleições autárquicas de Dezembro. E de tal forma que, nas áreas metropolitanas, a prioridade ao combate a esta situação se tornou o tema dominante, acabando por suscitar consensos entre todas as forças políticas.

Santana Lopes, vitorioso em Lisboa, fez deste problema a sua grande bandeira de campanha, tendo tomado medidas concretas logo após a posse da nova verreação. Mas todos sabemos que, por si mesmas, as Câmaras não podem fazer o principal, que é do domínio da Administração Central - parlamento e governo. Como, por exemplo, aquilo que Rui Rio exige como medida indispensável: a penalização dos senhorios que deixam as suas casas abandonadas e em processo de degradação.

Finalmente, a palavra de ordem do GECORPA - reabilitar em vez de construir, foi colocada na ordem do dia. Resta esperar e pressionar para que os poderes que saírem das próximas eleições não façam orelhas moucas ao clamor que se levantou. A verdade é que um dos candidatos a 1º Ministro já colocou no seu programa "incentivar a requalificação urbana e conter a expansão", prometendo mesmo a penalização fiscal dos fogos devolutos e degradados. Será desta? 

* Arquitecto